

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM
PEDAGOGIA

EDUCAÇÃO ESPECIAL: PROCESSOS DE INCLUSÃO

4º semestre



Presidente da República Federativa do Brasil

Luiz Inácio Lula da Silva

Ministério da Educação

Fernando Haddad

Maria Paula Dallari Bucci

Carlos Eduardo Bielschowsky

Ministro do Estado da Educação
Secretária da Educação Superior
Secretário da Educação a Distância

Universidade Federal de Santa Maria

Reitor Clóvis Silva Lima

Vice-Reitor Felipe Martins Muller

Chefe de Gabinete do Reitor João Manoel Espina Rossés

Pró-Reitor de Administração André Luis Kieling Ries

Pró-Reitor de Assuntos Estudantis José Francisco Silva Dias

Pró-Reitor de Extensão João Rodolfo Amaral Flores

Pró-Reitor de Graduação Jorge Luiz da Cunha

Pró-Reitor de Planejamento Charles Jacques Prade

Pró-Reitor de Pós-Graduação e Pesquisa Helio Leães Hey

Pró-Reitor de Recursos Humanos João Pillar Pacheco de Campos

Diretor do CPD Fernando Bordin da Rocha

Coordenação de Educação a Distância

Coordenadora de EaD Cleuza Maria Maximino Carvalho Alonso

Vice-Coodenadora de EaD Roseclea Duarte Medina

Coordenador de Pólos Roberto Cassol

Gestão Financeira José Orion Martins Ribeiro

Centro de Educação

Diretora do Centro de Educação Maria Alcione Munhóz

Coordenadora do Curso de Pedagogia Rosane Carneiro Sarturi

Coordenadora de Tutoria Andréa Forgiarini Cechin

Elaboração do Conteúdo

Professora pesquisadora/conteudista Elisane Maria Rampelotto

Professora colaboradora Eliane de Oliveira Rodrigues

Acadêmica colaboradora Estefania Brufao Alborno

Equipe Multidisciplinar de Pesquisa e Desenvolvimento em Tecnologias da Informação e Comunicação Aplicadas à Educação - ETIC

Coordenador da Equipe Multidisciplinar

Carlos Gustavo Matins Hoelzel
Cleuza Maria Maximino Carvalho Alonso
Rosiclei Aparecida Cavichioli Laudermann
Silvia Helena Lovato do Nascimento
Volnei Antônio Matté
Ronaldo Glufke
André Krusser Dalmazzo
Edgardo Gustavo Fernández

Desenvolvimento da Plataforma

Marcos Vinícius Bittencourt de Souza

Gestão Administrativa

Ligia Motta Reis

Gestão do Design

Diana Cervo Cassol

Designer

Evandro Bertol

ETIC - Bolsistas e Colaboradores

Orientação Pedagógica

Elias Bortolotto
Fabrício Viero de Araujo
Gilse A. Morgental Falkembach
Leila Maria Araújo Santos

Revisão de Português

Andrea Ad Reginatto
Maísa Augusta Borin
Marta Azzolin
Rejane Arce Vargas
Samarlene Pilon
Silvia Helena Lovato do Nascimento

Ilustração

Cauã Ferreira da Silva
Evandro Bertol
Júlia Rodrigues Fabrício
Mariana Rotilli dos Santos
Natália de Souza Brondani

Diagramação

Criscia Raddatz Bolzan
Gabriel Barbieri
Leonardo Moreira Fabrin
Luiza Kessler Gama
Naieni Ferraz
Victor Schmitt Raymundo

Suporte Técnico

Adílson Heck
Ândrei Componogara
Bruno Augusti Mozzaquatro

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA

5

UNIDADE A

NECESSIDADES ESPECIAIS E ADAPTAÇÕES ESPECÍFICAS

6

Objetivos	6
Introdução	6
1. Competências e atribuições	7
2. Categorias de adaptações curriculares de grande porte	9
3. Categorias de adaptações curriculares de pequeno porte.....	11
Referências bibliográficas.....	13

UNIDADE B

A CONSTRUÇÃO DE UM SISTEMA EDUCACIONAL INCLUSIVO

14

Objetivos	14
Introdução	14
1. Atribuições dos gestores dentro da escola inclusiva.....	15
2. Mapeamento das prováveis necessidades educacionais especiais.....	17
3. A definição do sistema de cooperação entre educadores especialistas e educadores do ensino regular	19
Referências bibliográficas.....	21

UNIDADE C

ATRIBUIÇÃO DOS EDUCADORES

22

Objetivos	22
Introdução	22
1. Planejamento e ajustes pedagógicos	23
2. Plano individualizado de ensino	27
3. Processo de avaliação.....	31
Referências bibliográficas.....	34

APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA

Como movimento social, a inclusão iniciou nos países desenvolvidos, na década de 80. No Brasil, começa na década de 90, com a propagação da **DECLARAÇÃO DE SALAMANCA**, com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Seguindo o movimento de inclusão discutido na cidade de Salamanca é que a atual política da educação brasileira recomenda a educação inclusiva com a idéia de incluir a **ALTERIDADE** deficiente na escola regular, tornando-se assim uma prática frequente em nosso país.

Todos nós certamente já tivemos experiências e relações com pessoas que são nomeadas deficientes. Cabe-nos, então, voltar nosso olhar não apenas para a nossa própria identidade, mas também para as identidades dos outros sujeitos e dos grupos em que convivemos. Nesse caso, interessa-nos o contexto escolar, em particular o contexto escolar inclusivo, devido ao fato de que cada pessoa traz para esse contexto uma bagagem cultural significativa, incluindo vivências e práticas, valores e características, que estabelecem relações, produzindo assim mudanças em cada indivíduo, favorecendo a consciência de si e reforçando a própria identidade.

Na Unidade A, vamos refletir sobre as necessidades especiais e adaptações específicas, buscando analisar as competências e atribuições das instituições escolares inclusivas. Vamos identificar as categorias de adaptações curriculares de grande e pequeno porte. Na Unidade B, estudaremos a construção de um sistema educativo inclusivo. Vamos procurar identificar as atribuições dos gestores dentro do sistema educacional inclusivo mapeando e compreendendo as prováveis necessidades educacionais especiais. Estaremos também verificando como se dá o processo de cooperação entre os educadores especiais e os professores da educação regular. Por fim, na Unidade C, veremos a atribuição dos educadores em relação ao planejamento e aos ajustes pedagógicos, ao plano individualizado de ensino e processo de avaliação. Assim, ao término da disciplina, você, acadêmico/a, deverá ser capaz de ter conhecimentos básicos referentes à escola inclusiva e a sua organização.

Esta disciplina vai se realizar em 30 horas. Nela iremos discutir a partir de fóruns e nas leituras e reflexões em torno do material apresentado e de leituras complementares. A avaliação se configurará pela participação e cooperação, pontualidade e cumprimento de agenda de trabalho.

ATENÇÃO

Declaração de Salamanca: No período de 7 a 10 de junho de 1994, mais de 300 representantes de 92 governos e de 25 organizações internacionais, com o objetivo de promover a Educação para Todos, reúnem-se em uma conferência em Salamanca, na Espanha. A conferência organizada pelo governo espanhol em cooperação com a UNESCO, aprovou a Declaração de Salamanca de princípios, política e prática das necessidades educacionais especiais e uma linha de ação, constituindo-se em um documento inspirado no princípio de integração e no reconhecimento da necessidade de ação para conseguir "escolas para todos".

GLOSSÁRIO

Alteridade: A condição daquilo que é diferente de mim; a condição de ser outro (Silva, 2000, p. 16).

UNIDADE A

NECESSIDADES ESPECIAIS E ADAPTAÇÕES ESPECÍFICAS

OBJETIVOS

- Refletir sobre as necessidades especiais e adaptações específicas das instituições escolares inclusivas.
- Tratar sobre as competências e atribuições das instituições escolares inclusivas.
- Identificar as categorias de adaptações curriculares de grande e pequeno porte.

INTRODUÇÃO

Caro(a) acadêmico(a)...

No primeiro semestre, na disciplina de Educação Especial: Fundamentos, discutimos, no campo da política e da cultura, a **INCLUSÃO** social e a inclusão na escola para que você, como futuro profissional da educação, se sinta preparado para compreender o significado da ação pedagógica de incluir.

Pois bem, sabemos que hoje existe um movimento mundial envolvendo diversos países em favor da inclusão escolar. Estes países defendem o direito de todas as crianças e jovens à educação, sendo contrários a qualquer forma de segregação e exclusão. Um movimento que tem provocado uma mudança radical na escola, principalmente quando se defende a igualdade da alteridade deficiente que é a de serem incluídas em salas de aula comuns. A inclusão portanto “implica uma reforma radical nas escolas em termos de currículo, avaliação, pedagogia e formas de agrupamento dos alunos nas atividades de sala de aula” (MITTLER, 2003, p. 34). Sendo assim, a inclusão implica ser parte, estar junto, fazer parte. No entanto, tal ação não é suficiente para garantir práticas mais includentes, pois é preciso fazer mais do que trazer a alteridade deficiente para perto de nós e enclausurá-los no mesmo espaço para que as práticas sociais sejam vividas com qualidade. Desse modo, o processo de inclusão prevê a ação de integrar, vivenciar práticas integradoras, que é a ação que envolve as práticas sociais, além de trazer os sujeitos para dentro do mesmo espaço.

az GLOSSÁRIO

Inclusão: “processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade” (Sassaki, 1999, p. 41).



Figura A1 – Inclusão.

1. COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES

Para tratar especificamente sobre as competências e atribuições das instituições escolares inclusivas, iremos utilizar o material desenvolvido pela Secretaria de Educação Especial do MEC/ SEESP no ano de 2000. Material este elaborado pelo Projeto Escola Viva — garantindo o acesso e a permanência de todos os alunos na escola.

Sabemos que o processo de construção de um sistema inclusivo é de responsabilidade de todos os membros que fazem parte da sociedade. Então, cabe aos membros desta sociedade a conscientização de que a pessoa com deficiência também faz parte deste contexto, está sujeita às mesmas leis e tem os mesmos direitos. Cabe, também, aos membros da sociedade em geral viver, conviver, interagindo e respeitando a alteridade deficiente.

É responsabilidade dos membros da Administração Municipal “mapear as pessoas com deficiências existentes na comunidade, identificar suas necessidades especiais, planejar a implementação dos ajustes necessários para que se possa acolhê-las e a elas responder efetivamente, garantindo orçamento para a implementação desses ajustes” (MEC/SEESP, 2000, p. 07).

Às áreas de atenção pública, como: Educação, Saúde, Assistência Social, Trabalho, Cultura, Esporte e Lazer, Planejamento e Orçamento, etc, cabe o ajuste, garantindo assim, o acesso e a participação do sujeito deficiente nos recursos e serviços disponíveis à população. Cabe aos profissionais, em cooperação transdisciplinar, as ações técnicas. É de competência dos órgãos de representação diagnosticar as necessidades, fazer o planejamento de ações para promover a inclusão assim como fiscalizar as ações públicas no ajuste da sociedade. Para as famílias cabe, juntamente com os órgãos públicos, profissionais e a comunidade em geral, o acesso e a participação ao espaço comum.

O texto abaixo, sobre competências e atribuições das instituições escolares inclusivas, esclarece que cabe, no âmbito das atribuições formais, à Secretaria Municipal de Educação em parceria com a Direção das Unidades Escolares, a responsabilidade de:

1. Mapear a população que será atendida pela rede escolar;
2. Identificar as necessidades especiais presentes nessa população;
3. Identificar quais são as adaptações curriculares de grande porte que devem ser providenciadas, de forma a permitir o acesso e a participação de todos os alunos no cotidiano escolar;
4. Planejar a implementação dessas adaptações, incluindo providências a serem tomadas a curto, a médio e a longo prazos;
5. Implementar as adaptações de acesso ao currículo e as curriculares de grande porte que lhe são de atribuição e responsabilidade.

CABE À DIREÇÃO DAS UNIDADES ESCOLARES, A RESPONSABILIDADE DE:

1. Permitir e prover suporte administrativo, técnico e científico para a flexibilização do processo de ensino, de modo a atender à diversidade;
2. Adotar propostas curriculares diversificadas e abertas, em vez de adotar concepções rígidas e homogeneizadoras do currículo;
3. Flexibilizar a organização e o funcionamento da escola, de forma a atender à demanda diversificada dos alunos;
4. Viabilizar a atuação de professores especializados e de serviços de apoio para favorecer o processo educacional (MEC/SEEESP, p.12-13, 2000).

É preciso considerar o fato de que as adaptações necessárias para a construção de um sistema educacional inclusivo devem ser implementadas gradativamente, pois vão desde as modificações físicas e estruturais, a aquisição de equipamentos e de outros diversos recursos, assim como a promoção da capacitação de todos os professores. Seria inviável pensar que tudo isto poderia, rapidamente, estar à disposição de um sistema educacional inclusivo. Por outro lado, é necessário um planejamento estratégico, tanto pelo Município quanto pelas unidades escolares, para não deixar a questão ser esquecida em razão do tempo.

Se metas objetivas e realistas forem estabelecidas e ações consistentes forem planejadas e realizadas, certamente será possível a construção de um sistema educacional inclusivo.

2. CATEGORIAS DE ADAPTAÇÕES CURRICULARES DE GRANDE PORTE

Sabemos que não há aprendizagem se não houver um ensino eficiente. Para que o ensino seja produtivo e eficiente é preciso considerar as características e individualidades de cada aluno. São estas especificidades que irão direcionar a prática pedagógica individual e a de todos os alunos.

As **ADAPTAÇÕES DE GRANDE PORTE** são de responsabilidade das instâncias político-administrativas superiores, "já que exigem modificações que envolvem ações de natureza política, administrativa, financeira, burocrática, etc." (MEC/SEESP, 2000, p. 9).

Dentre as várias modalidades de adaptações curriculares de grande porte encontram-se:

1) Adaptações de acesso ao currículo:

- a criação de condições físicas, ambientais e materiais para o aluno, em sua unidade escolar;
- a adaptação do ambiente físico escolar;
- a aquisição do mobiliário específico necessário;
- a aquisição dos equipamentos e recursos materiais específicos;
- a adaptação de materiais de uso comum em sala de aula;
- a capacitação continuada dos professores e demais profissionais da educação;
- a efetivação de ações que garantam a inter-disciplinaridade e a transsetorialidade.

(MEC/SEESP, 2000, p. 14).

Para exemplificar as adaptações desse tipo, podemos citar as necessidades especiais comuns em alunos com:

- deficiência visual e cegueira: necessitam de uma organização especial do espaço físico das escolas, aquisição de equipamentos e materiais especiais para educandos com baixa visão e cegueira;
- deficiência auditiva e surdez: aquisição de instrumentos e equipamentos que favoreçam a comunicação e a participação do aluno na vida escolar e o aprendizado da língua de sinais tanto para o aluno como para o professor;
- deficiência física: adaptação física do espaço escolar, aquisição de instrumentos e equipamentos que favoreçam a participação do aluno na vida escolar (mobiliário adaptado) e aquisição de material pedagógico de apoio;
- altas habilidades/superdotação: prever ambientes e materiais que favoreçam a aprendizagem.

az GLOSSÁRIO

Adaptações Curriculares: "são respostas educativas que devem ser dadas pelo sistema educacional, de forma a favorecer a todos os alunos e, dentre eles, os que apresentam necessidades educacionais especiais". (MEC/SEESP, 2000, p. 09).

⚠ ATENÇÃO

No documento original PCN – Adaptações Curriculares (1999) são chamadas Adaptações Curriculares Significativas, mantendo-se a denominação utilizada na Espanha. Considerando que o vocábulo "significativo" em espanhol tem um significado diferente do que tem em português (vide Aurélio) optou-se por adotar "**de Grande Porte**" por melhor descrever o que se pretende. (MEC/SEESP, 2000).

- 2) **Adaptações de objetivos:** refere-se à possibilidade de eliminar-se objetivos básicos, ou também de introduzirem-se objetivos específicos, complementares e/ou alternativos com o fim de auxiliar os alunos com deficiência a adaptar-se à vida escolar e beneficiar-se das possibilidades educacionais disponíveis.
- 3) **Adaptações de conteúdos:** refere-se à adaptação de conteúdos específicos, complementares e/ou alternativos e à eliminação de conteúdos básicos do currículo.
- 4) **Adaptações do método de ensino e da organização didática:** organização diferenciada da sala de aula, número máximo de alunos que uma sala de aula deve comportar (25 crianças sendo destas no máximo 2 alunos com deficiência), definição da sistemática de trabalho cooperativo entre professores da educação regular e especial.

Em relação à atuação do professor, os modelos que têm sido adotados são:

- professor de educação especial apoiando o aluno com deficiência na sala comum;
- educador "itinerante" na unidade escolar, permanecendo disponível para assessorar os professores nas dificuldades encontradas para a administração do ensino na diversidade: estabelecimento de pequenos ajustes nos objetivos de ensino, na didática, nos processos e procedimentos de avaliação, na garantia do acesso do aluno com necessidades educacionais especiais ao ensino na sala regular;
- aluno com deficiência recebendo ensino individualizado em sala de recursos, no horário inverso. A decisão de qual seria o momento mais adequado deve ser tomada em conjunto pelo professor e a equipe técnica da escola;
- aluno com necessidades educacionais especiais frequenta, no período contrário, sala de recursos;
- professor intérprete da Língua Brasileira de Sinais/Língua Portuguesa dará apoio ao professor da classe comum e aos alunos surdos nela matriculados.

(MEC/SEESP, 2000, P. 14)

- 5) **Adaptação de sistema de avaliação:** o objetivo da avaliação deve ser indicar os conteúdos ou processos ainda não internalizados pelos alunos devendo assim, ser retomados pelo professor.
- 6) **Adaptação de temporalidade:** referem-se a ajustes no tempo de permanência de um aluno em uma determinada série, respeitando a sua faixa etária.

3. CATEGORIAS DE ADAPTAÇÕES CURRICULARES DE PEQUENO PORTE

As **ADAPTAÇÕES DE PEQUENO PORTE** são atribuições e responsabilidades dos professores e focalizam especificamente as ações que cabem a eles, professores, realizar para favorecer a aprendizagem de todos os alunos em salas de aula.

No quadro abaixo, os ajustes que cabem ao professor realizar e implementar garantindo, assim, o acesso ao aluno deficiente no que diz respeito ao currículo escolar:

- criar condições físicas, ambientais e materiais para a participação do aluno com necessidades especiais na sala de aula;
- favorecer os melhores níveis de comunicação e de interação do aluno com as pessoas com os quais convive na comunidade escolar;
- favorecer a participação do aluno nas atividades escolares;
- atuar para a aquisição dos equipamentos e recursos materiais específicos necessários;
- adaptar materiais de uso comum em sala de aula;
- adotar sistemas alternativos de comunicação, para os alunos impedidos de comunicação oral, tanto no processo de ensino e aprendizagem como no processo de avaliação;
- favorecer a eliminação de sentimentos de inferioridade, de menos valia, ou de fracasso.

(MEC/SEESP, 2000, P. 10-11)

Sugere-se, além das adaptações de acesso, as adaptações mais específicas para atendimento das necessidades especiais comuns em alunos com:

- deficiência visual e cegueira: posicionar e dispor o mobiliário da sala de aula de modo a facilitar a locomoção e aprendizagem do aluno; dar explicações verbais do conteúdo abordado em sala de aula e utilizar os recursos e materiais como pranchas, lupa, livro falado, equipamentos de informática, etc.;
- **DEFICIÊNCIA AUDITIVA E SURDEZ**: o aluno deve posicionar-se de forma que possa ver os movimentos faciais do professor e colegas no caso de possuir restos auditivos. Devem ser utilizadas a escrita e materiais visuais que facilitem na aprendizagem do aluno, e o uso da língua de sinais e do português como segunda língua são fundamentais no seu processo educacional tanto no sujeito deficiente auditivo como do surdo;
- deficiência mental: oferecer ao aluno o maior grau de autonomia possível, posicionar o aluno de modo que possa obter a atenção do professor, estimular o desenvolvimento de sua comunicação com as pessoas e de habilidades de autocuidado;

ATENÇÃO

No documento original PCN – Adaptações Curriculares (1999) denominadas Adaptações Curriculares Não Significativas, pela manutenção da denominação utilizada na Espanha. Considerando que “não significativo”, em português, tem um significado diferente do que tem no espanhol, referindo-se a algo que “não significa”, que “não expressa (o significado) com clareza”, optou-se pela utilização do termo **Adaptações Curriculares de Pequeno Porte**, por considerar que este descreve melhor a natureza do fenômeno em questão. (MEC/SEESP, 2000, p. 9).

CONTEÚDO RELACIONADO

Para entender a diferença entre **deficiente auditivo e surdo** recorra à Unidade B da disciplina Educação Especial: Fundamentos que foi estudada no primeiro semestre do curso, da página 25 à 28.

- deficiência física: realizar ajustes no espaço físico da sala de aula e utilizar recursos e equipamentos que favoreçam na aprendizagem do aluno nas atividades propostas pelo professor;
- altas habilidades/superdotação: estimular a autoestima do aluno e o envolvimento em atividades cooperativas, a persistência nas tarefas e o desenvolvimento de pesquisas.

Como dito anteriormente, as adaptações curriculares de pequeno porte são de atribuição e responsabilidade exclusivas do professor na sua prática em sala de aula.

Dentre as várias modalidades de **ADAPTAÇÕES CURRICULARES** de pequeno porte que incluem ajustes que o professor pode promover para atender a necessidades especiais de alunos com deficiência encontram-se:

- 1) Adaptação de objetivos: refere-se à ajustes que o professor pode fazer nos objetivos pedagógicos em relação aos planos de aula;
- 2) Adaptações de conteúdos: referem-se à priorização de certos conteúdos, de áreas ou unidades de conteúdos, à reformulação da sequência dos conteúdos ou a eliminação de conteúdos secundários;
- 3) Adaptações do método de ensino e da organização didática: refere-se à metodologia utilizada quando se ensina a criança. Estes ajustes devem atender às necessidades do aluno e estar adequadas ao seu desenvolvimento;
- 4) Adaptações do processo de avaliação: referem-se à modificação de técnicas e dos instrumentos utilizados quando se atende às diferenças de cada aluno.
- 5) Adaptações na temporalidade do processo de ensino e aprendizagem: referem-se ao aumento ou diminuição do tempo previsto para o estudo de certo conteúdo.

Anteriormente foram apresentados alguns exemplos de adaptações curriculares de pequeno porte que o professor pode e deve realizar para atender aos alunos deficientes em sala de aula. Resumidamente, o essencial na prática pedagógica é:

- **Que o professor esteja constantemente atento a seu aluno**, para identificar de que conhecimentos ele já dispõe (relacionados com o tema de cada unidade de conteúdo), e que necessidades educacionais apresenta;
- **Que o professor use de sua criatividade** para criar formas alternativas de ensinar, que respondam às necessidades identificadas;
- **Que o professor use continuamente da avaliação** para identificar o que precisa ser ajustado no processo de ensinar.

(MEC/SEESP, 2000, P. 30)

SAIBA MAIS

Para aprimorar os seus conhecimentos sobre as **adaptações curriculares de grande e pequeno porte** acesse:

<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me000448.pdf>

<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me000449.pdf>

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MITTER, P. **Educação inclusiva: contextos sociais**. Porto Alegre: Art-med, 2003.

SASSAKI, R. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. 3ª ed. Rio de Janeiro, RJ: WVA, 1999.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, SEESP/MEC. **Projeto escola viva**. Brasília: Ministério da Educação, 2000.

UNIDADE B

A CONSTRUÇÃO DE UM SISTEMA EDUCACIONAL INCLUSIVO

OBJETIVOS

- Identificar as atribuições dos gestores dentro do sistema educacional inclusivo;
- Compreender o mapeamento das prováveis necessidades educacionais especiais;
- Verificar como se dá o processo de cooperação entre os educadores especiais e os professores da educação regular.

INTRODUÇÃO

Caros (as) alunos (as):

Quando falamos em construir uma escola inclusiva, temos que compreender como este processo influenciará na gestão das escolas. Nesta unidade, veremos qual o papel dos gestores na escola inclusiva que se coloca como uma instituição que respeita a diversidade. A gestão escolar durante muitos anos era fixada em um modelo empresarial, na busca da eficiência e da qualidade total dos processos educativos. A influência da empresa na escola dava a responsabilidade a uma pessoa: o diretor. Num sistema inclusivo, este papel de organização escolar fecha as possibilidades de novos horizontes, uma vez que todos precisam participar desta gestão inclusiva. Na busca desta construção, veremos também a importante função da gestão escolar em mapear os indicadores das necessidades educacionais dos seus alunos, deste modo podendo buscar todos os recursos que facilitem o atendimento especializado para cada caso. Outro ponto a ser destacado nesta unidade é a cooperação que deverá existir entre os educadores especialistas na realização da educação inclusiva para capacitar os demais professores nessa nova dimensão do processo de ensino e aprendizagem, o que abarca a reflexão sobre os métodos de ensino utilizados dentro da sala de aula.

1. ATRIBUIÇÕES DOS GESTORES DENTRO DA ESCOLA INCLUSIVA

Quando falamos em gestão precisamos delimitar de onde falamos, conforme **LIBÂNEO** (2007), a gestão é a atividade pela qual são movimentados meios e procedimentos para alcançar os objetivos da organização, envolvendo, basicamente, os aspectos gerenciais e técnico-administrativos. Durante muito tempo a educação em sua gestão partiu de pressupostos teóricos da administração de empresas, onde existia um diretor que tinha o poder de ação e atuação superior que os demais integrantes da equipe escolar. Estas influências da administração de empresas partiram de duas grandes correntes chamadas: **FORDISTA** e **TAYLORISTA**. Com os avanços dos estudos teóricos sobre a gestão escolar percebeu-se a ineficiência de tais atitudes, uma vez que na busca da burocratização da escola os alunos eram vistos de forma neutra e passíveis de um aprendizado técnico. As diferenças eram mais índices da falta de capacidade individual do que relativas a problemas do sistema escolar.

Numa postura de caráter humano, o entendimento da educação como a possibilidade do acesso para todos na escola revelou que essa concepção unidimensional do ato de educar deveria ser superada por uma visão que respeite as diferenças e diversidades que surgem na escola. Surge no campo da gestão escolar uma concepção democrático-participativa, esta concepção aponta para a importância de objetivos comuns assumidos por todos dentro da escola, cada um tem sua parte na realização dos trabalhos entrecruzando a relação entre direção e demais pessoas da escola. Alves e Barbosa (p.19, 2006) apontam a gestão democrática a partir dos documentos do MEC:

O princípio constitucional de "gestão democrática do ensino público" (C.F. art. 206, inciso VI), cujos pressupostos são, "a descentralização, a transparência, a impessoalidade, autonomia, participação, liderança, trabalho coletivo e competência". (MEC, 2005, p 18). ALVES E BARBOSA (2006, p 19)

Considerando todos como atores sociais a escola inclusiva tem gestores preocupados com o dinamismo e participação de todos na constituição da escola quando esta se compromete com a educação inclusiva, fazendo deste modo uma gestão democrática e de melhorias qualitativas na educação, implementando as políticas públicas educacionais vigentes.

A esfera pública implementa políticas educacionais orientadas pelo princípio da inclusão, enquanto os gestores das escolas se comprometem com a elaboração de projetos político pedagógicos que valorizam o desenvolvimento profissional e o envolvimento de todos os membros da comunidade escolar. (ALVES E BARBOSA, 2006, p 19)

PERSONALIDADE



José Carlos Libâneo nasceu em Angatuba, no interior de São Paulo em 1945. Graduou-se em Filosofia (1966) e obteve o título de Mestre em Educação Escolar Brasileiro (1984) na PUC de São Paulo. É doutor em educação desde 1990. Atualmente é professor aposentado da Universidade Federal de Goiás, mas continua pesquisando e escrevendo sobre assuntos de Teoria da Educação, Didática, Política Educacional e Escola Pública.

SAIBA MAIS

Para compreender sobre **Modelo Taylorista e Fordista** acesse:

<http://pt.wikipedia.org/wiki/Fordismo>

<http://pt.wikipedia.org/wiki/Taylorista>

O **PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO**, ou como denominado mais recentemente de **projeto pedagógico de curso** é o orientador de todas as ações organizacionais escolares, seja no atendimento dos objetivos, princípios e em constante transformação e adaptação a realidade escolar. A formação de uma equipe que trabalhe junta-mente é a chave de todo o processo inclusivo, facilitando a eficiên-cia nas metas a serem atingidas. A direção de uma escola inclusiva consegue delimitar os campos de atuação dos demais membros da equipa escolar, chamando todos a trabalharem pelo objetivo comum oferecendo a possibilidade de autonomia dos demais re-cursos humanos da escola.

az GLOSSÁRIO

Projeto Político Pedagógico:

"(..) é o instrumento teórico-metodoló-gico, definidor das relações da escola com a comunidade a quem vai atender, explícitas o que se vão fazer, porque se vai fazer, para que se vai fazer, para quem se vai fazer e como se vai fazer". (BRASIL, MEC/SEESP, 2004, p 9)

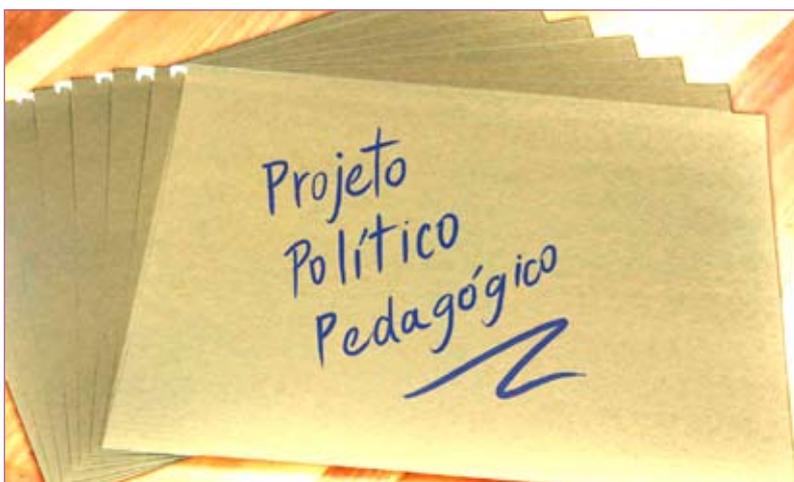


Figura B1 – Projeto político Pedagógico.

As relações interpessoais devem ser respeitadas pela equipe diretiva mesmo quando é preciso se fazer uma intervenção nas atividades de alguém da equipe. O diretor deve ser um líder coo-perativo, tanto dentro da comunidade como dentro da escola. A im-portância da participação da família no processo educativo é fun-damental, por isso os gestores da escola inclusiva devem manter este contato e uma relação contínua promovendo o pensamento e a busca dos objetivos comuns a todos. No quadro abaixo, traze-mos um trecho de um material desenvolvido pelo MEC, mais espe-cificamente pela Secretaria de Educação Especial onde se coloca o Programa de Educação Inclusiva: direito à diversidade, no que tange às responsabilidades da coordenação pedagógica dentro da construção da escola inclusiva:

A COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

A Coordenação Pedagógica é de fundamental importância no percurso da escola pelos caminhos planejados. Seu trabalho não pode ser executado em gabinete, mas sim, na realidade do cotidiano das salas de aula. Ela precisa ser ativa e presente em todas as instâncias da escola. É ela que vai promover a unidade da equipe na busca do sucesso didático-pedagógico da escola, fazendo a mediação entre as diversas áreas do conhecimento e entre os diferentes profissionais. No trabalho por projetos, cabe à Coordenação Pedagógica coordenar a elaboração dos projetos e buscar, nas demais instituições da comunidade (órgãos públicos, privados e empresas), a possibilidade da realização de parcerias e convênios de cooperação. Para que a educação efetivamente cumpra com seu papel de reflexão crítica sobre a sociedade e de favorecimento do exercício da cidadania, a escola precisa parar para refletir, analisar e planejar. Precisa, também, desenvolver a prática da avaliação contínua e da promoção de ajustes de percurso, sempre tendo como horizonte o projeto político-pedagógico.

(MEC/ SEESP, P. 14, 2004).

A educação, como formadora de uma sociedade mais igualitária e justa, deve fomentar entre os indivíduos a busca pelo bem comum e pela igualdade de acesso e permanência nas escolas. O processo gestor da constituição de um sistema inclusivo será sempre o meio para se chegar a um fim. Vimos deste modo rapidamente a formação da escola inclusiva a partir de seus gestores, suas funções e deveres como participantes de um processo. Agora refletiremos sobre como são feitos os mapeamentos das possíveis necessidades educacionais dos educandos.

2. MAPEAMENTO DAS PROVÁVEIS NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS

A escola tem o compromisso com o processo de identificação de necessidades educacionais especiais dos alunos. Deste modo, ela deverá conhecer algumas formas de identificação de quem possui e quais as necessidades educacionais especiais existentes, bem como buscar as adaptações necessárias para cada aluno. Esta busca pela identificação das necessidades deve ter uma realização formal, para que não recaia como atividade do professor unicamente, e sim de toda a escola envolvida com o projeto de inclusão. Os casos identificados com problemas sérios no desenvolvimento do ensino e aprendizagem passarão por uma avaliação mais detalhada, um estudo de caso para que se possa chegar a encaminhamentos pedagógicos mais específicos de atendimento.

É responsabilidade da escola todos os encaminhamentos e identificações das necessidades educacionais especiais, englobando e direcionando as atividades de toda a equipe pedagógica e de como proceder no favorecimento do aprendizado do aluno identificado e encaminhado para o estu-

do de caso. Identificados os casos prováveis de necessidades educacionais especiais, a escola deve buscar as adaptações devidas para o desenvolvimento curricular.

A flexibilização curricular é um dos passos a serem tomados mediante a realidade da diversidade escolar. Essas adaptações devem trazer benefícios para todo o grupo em que o aluno com necessidades educacionais está inserido, oportunizando as adaptações no contexto e não individualizando estas medidas. A elaboração das medidas a serem tomadas como adaptadas não devem partir somente do professor, mas de um trabalho coletivo, que não restrinja esta implementação somente em sala de aula. A questão da acessibilidade também é outro fator que se deve planejar, a inclusão também passa pelos espaços físicos acessíveis a todos. Abaixo uma tabela desenvolvida pelo MEC, para apontar alguns indicadores da situação da inclusão dentro das escolas. Esta tabela é uma das três disponíveis no material do Programa de uma Escola Inclusiva.

INDICADORES	SIM*	NÃO	CASO A RESPOSTA SEJA NEGATIVA, DESCREVA: 1) A REALIDADE ATUAL 2) AS PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PARA O ALCANCE DAS METAS
A escola procura dar respostas às necessidades educacionais especiais?			
A escola conta com uma sistemática formal de suporte para o professor (quem faz, o que faz e como faz)?			
A escola conta com um procedimento de acesso do professor ao sistema de suporte disponível?			
A escola tem acessibilidade garantida em todas as dependências?			
A escola adota, como política educacional, a garantia do acesso ao conhecimento para todos?			
A escola conta com um plano de implementação das adequações de grande porte (com metas a curto, médio e longo prazo)?			

* Você pode responder sim, quando a afirmação (indicador) descrever uma situação já existente. Deverá responder não, quando a afirmação ainda não puder ser aplicada para descrever a situação em seu município. No caso da resposta ser negativa, será interessante que você apresente uma afirmação que descreva efetivamente a situação real de seu município. Este procedimento poderá ajudá-lo a identificar o que ainda deverá ser feito para que seu município se torne inclusivo

Após algumas respostas obtidas através do mapeamento das possíveis necessidades educacionais encontradas a escola deve prepara-se para também dar um retorno a sua comunidade, isto pode ser realizado da seguinte maneira: professores e instrutores disponíveis de Língua de Sinais para os alunos surdos; professor de Braille para os alunos cegos, bem como recursos indispensáveis como **reglete; sorobã, livro didático em braille, máquina de datilografia em braille**, computador, softwares especializados para deficiência visual, tais como leitores de tela, etc.; equipamentos e materiais especiais para educandos com baixa visão tais como: **lupa, livros didáticos com letras ampliadas**, etc.; matéria de informática e de softwares educacionais, para o ensino de alunos com dificuldade de comunicação oral.



Figura B2 – Recursos, equipamentos e materiais especiais para pessoas cegas e com baixa visão

3. A DEFINIÇÃO DO SISTEMA DE COOPERAÇÃO ENTRE EDUCADORES ESPECIALISTAS E EDUCADORES DO ENSINO REGULAR

Quando surgiu o projeto de educação inclusiva, os professores, em sua maioria, desacreditavam no sucesso deste processo. O que pesquisas apontam é que estas inquietações, causadas quando surgiu a inclusão, justifica-se pelo tipo de formação até então dado aos professores. Durante muito tempo, a escola, como instituição normatizadora e normalizadora, buscou trabalhar a homogeneidade: turmas com alunos de mesmos níveis, mesmas idades e historicamente até com igualdade de sexo e raça. Os ditos “anormais” não eram estudados dentro dos cursos de formação de professores, esperava-se encontrar na escola um sujeito que se enquadrasse nos padrões sociais.

A relação entre os educadores especialistas e os educadores do ensino regular, assim como deles com o diretor da escola, deve ser cooperativa. Deve-se trabalhar numa perspectiva interdisciplinar na qual exista uma ligação entre os educadores, a coordenação pedagógica e as áreas da saúde. Segundo Aranha (2005, p. 19),

aos professores, por sua vez, cabe atuar, em cooperação, compartilhando o conhecimento de que dispõem, para responder e atender às necessidades educacionais de todos os alunos, inclusive às dos alunos com deficiência, garantindo-lhes o acesso e permanência nos sistemas de ensino.

O professor do ensino regular que tiver um aluno com necessidades educacionais especiais deverá ter um apoio em sua sala de aula, deve ser equipado pela Coordenação Pedagógica, ou outros profissionais da área, que repassem métodos de ensino e materiais didático-pedagógicos.

A educação especial no sistema educacional inclusivo aparece como modalidade do ensino que oferece o **atendimento educacional especializado**, este atendimento acontece em **SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS** dentro das escolas regulares como forma de complemento do ensino regular. Este atendimento educacional especializado é um meio facilitador da realização da inclusão escolar, podendo complementar as atividades da professora da sala de aula, mas nunca substituindo seu trabalho.

O **atendimento educacional especializado** é uma modalidade de ensino, que está descrita nos documentos do MEC e desenvolve atendimentos às especificidades dos alunos com deficiência, em todos os níveis da educação escolar regular, sem nunca substituí-la.

Como atende todas as necessidades educacionais especiais, o atendimento educacional especializado necessita de profissionais especialistas nas áreas de: deficiência física, deficiência visual, surdez, deficiência mental, altas habilidades/superdotação, condutas típicas, entre outras. Nestas salas multifuncionais, deve haver todos os recursos materiais e metodológicos para o desenvolvimento do trabalho do professor especializado para esta atividade. Este profissional deve manter uma relação de colaboração com variados profissionais das mais diversas áreas, em especial relação com os professores das salas de aulas regulares.

A formação continuada de professores também é muito importante na construção de uma escola inclusiva, já que, como citado anteriormente, a maior dificuldade dos professores, quando a inclusão começou a se delinear, era justamente o modelo formativo que estes receberam. Como sabemos que a busca por esta capacitação não deve ser somente individual, os governos, nas esferas federal, estadual e municipal, promovem continuamente cursos de formação e atualização dos professores em atividades, para, deste modo, realizar o projeto de inclusão educacional.

SAIBA MAIS

As **Salas de Recursos Multifuncionais** são espaços da escola onde se realiza o atendimento educacional especializado para alunos com necessidades educacionais especiais, por meio do desenvolvimento de estratégias de aprendizagem, centradas em um novo fazer pedagógico que favoreça a construção de conhecimentos pelos alunos, subsidiando-os para que desenvolvam o currículo e participem da vida escolar. (MEC, 2006, p 13)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Denise de Oliveira; BARBOSA, Kátia Aparecida Marangon. Experiências Educacionais Inclusivas: refletindo sobre o cotidiano escolar. In: Roth, Berenice Weissheimer Roth (org.). **Experiências educacionais inclusivas: Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade**. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial, 2006.

ARANHA, Maria Salete Fábio. **Projeto Escola Viva: garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola: necessidades educacionais especiais dos alunos: Construindo a escola inclusiva**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2005.

ARANHA, Maria Salete Fábio Aranha (Org.). **Educação Inclusiva v. 3: A Escola**. Brasília: Ministério da Educação / Secretaria de Educação Especial, 2004.

OLIVEIRA, Anna Augusta Sampaio de; LEITE, Lucia Pereira. **Construção de um sistema educacional inclusivo: um desafio político-pedagógico**. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v. 15, n. 57, p. 511–524, out./dez. 2007

UNIDADE C

ATRIBUIÇÃO DOS EDUCADORES

OBJETIVOS

- Estudar e entender o significado do planejamento escolar, porque e quando é preciso planejar e as adaptações curriculares que devem ser feitas para atender à alteridade deficiente na escola regular;
- Tratar sobre o plano individualizado de ensino que deve ser elaborado para auxiliar no processo de inclusão dos alunos deficientes;
- Refletir sobre o processo de avaliação, suas características e adaptações necessárias para atender ao aluno incluído.

INTRODUÇÃO

Nessa unidade você irá estudar as adaptações curriculares que precisam ser feitas na escola regular para atender às crianças deficientes, tanto no âmbito do planejamento, do PP e da avaliação.

Vamos estudar especificamente sobre os conceitos de planejamento, avaliação, PP e suas características. Ainda serão destacadas, no contexto do plano individualizado de ensino, atividades que podem ser realizadas com alunos surdos incluídos em classes regulares.

1. PLANEJAMENTO E AJUSTES PEDAGÓGICOS

Ao procurar no dicionário a palavra planejar, encontraremos uma definição que diz que o verbo planejar refere-se a elaborar um plano ou roteiro, projetar, traçar, fazer planejamento, programar.

Como seres humanos ativos, estamos constantemente planejando nossas ações, nosso tempo, nosso dia a dia, nosso trabalho, nossas decisões, enfim, “nas mais simples e cotidianas ações humanas, quando o homem pensa em atender seus objetivos, ele está planejando” (TERRAZAN, et all, 2005, p. 26).

Esta ação de planejar está presente na atividade docente, quando se trata da prática pedagógica. Para o professor obter bons resultados na sua prática em sala de aula, é fundamental que ele faça um planejamento para pôr em execução a prática a ser realizada. É importante salientar, que o planejamento não deve ser feito apenas no início do ano letivo e que os vários setores que compõe a estrutura escolar (professores, coordenadores, diretor, funcionários) devem estar em constante comunicação, para que a prática escolar não se torne isolada e individualista.

Com uma previsão do que irá fazer, como irá fazer, para que está fazendo, o professor melhora o aprendizado dos seus alunos, estabelecendo-lhes objetivos a serem alcançados mediante o estudo de um conteúdo específico. No plano de aula, devem estar definidos o conteúdo a ser estudado, a metodologia que vai ser utilizada, os objetivos a serem alcançados, entre outros itens.

Este planejamento individual de cada professor deve ser condizente com a proposta do **PLANEJAMENTO DE ENSINO** da escola, por este motivo, ressalta-se a importância de comunicação entre os vários setores da organização escolar.

Há diferentes níveis de planejamento no âmbito educacional, estes são:

- Planejamento educacional: é o primeiro nível de planejamento, processa-se em âmbito governamental, deve ser balizado pela LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), tem como início uma avaliação da realidade onde será desenvolvido e busca o bem coletivo;
- Planejamento escolar: deve ser coletivo e dinâmico, feito de acordo com o PP (Projeto Pedagógico), também deve começar numa avaliação inicial, pois é um planejamento global da escola;
- Planejamento no âmbito da sala de aula: como os anteriores, deve iniciar com uma avaliação, ser guiado por ela e deve ter um fim nela.

GLOSSÁRIO

O **plano de ensino** também chamado de plano de unidades: “é a previsão dos objetivos e tarefas do trabalho docente para um ano ou semestre; é um documento mais elaborado, dividido por unidades sequenciais, no qual aparecem objetivos específicos, conteúdos e desenvolvimento metodológico” (LIBÂNEO, 1992, p 225).

Para Libâneo o **PLANO DE AULA** “é a previsão do desenvolvimento do conteúdo para uma aula ou conjunto de aulas e tem o caráter bastante específico” (1992, p. 225). Além disso, segundo ele o plano de aula “deve resultar num documento escrito que servirá não só para orientar as ações do professor como também para possibilitar constantes revisões e aprimoramentos de ano para ano” (LIBÂNEO, 1992, p. 141).

O planejamento do professor é algo que demanda tempo, discussão, dedicação, esboço esquemático e certa maneira específica de proceder, com isto, garantem-se aulas de boa qualidade, eficiência e bons resultados.

Recomenda-se que, ao preparar as aulas, o professor esteja consciente dos objetivos gerais da matéria e da sequência dos conteúdos que foram trabalhados com os novos tópicos a serem tratados, para não confundir o aluno e seguir uma lógica de conteúdos. Além destes aspectos citados, é preciso considerar-se, quando se elabora um plano, o nível de desenvolvimento em que os alunos se encontram para não dificultar demais o aprendizado de certo conteúdo e sim ir gradualmente dificultando as aprendizagens, de acordo com o tempo de cada aluno.

É consenso que o planejamento é o fio condutor do processo de ensino-aprendizagem. É por meio dele que as práticas educacionais tornam-se adequadas às reais necessidades dos alunos, porém, isso não significa dizer que o planejamento é algo estanque, fechado e completo, ao contrário disso, ele é algo dinâmico que pode ser refeito e modificado a todo instante.

Ao elaborar o planejamento, o professor deve romper com a concepção de educação que prioriza a simples transmissão do conhecimento do professor para o aluno e que contempla uma visão de alunos homogêneos. Deste ponto de vista, o planejamento poderia ser metaforicamente comparado a um quadro no qual todos os alunos devem se enquadrar e, portanto, na prática, todos devem construir o conhecimento pelos caminhos traçados pelos procedimentos pedagógicos, previamente estipulados pelo professor. No caso mais específico da educação especial, ao elaborar um plano de aula, o professor deve prever metodologias de ensino específicas para alunos específicos.

No caso de uma sala onde há alunos incluídos, o professor deve organizar um planejamento voltado para a diversidade do alunado que tem e que contemple suas reais necessidades e potencialidades de aprendizagem, para que, assim, todos possam aprender e conseqüentemente se desenvolver.

Ao planejar a sua aula, o professor deve estar consciente de que a utilização de um único método de ensino pode até contribuir para a construção da aprendizagem de alguns alunos, porém, esse

SAIBA MAIS

Para conhecer alguns exemplos de **planos de aula** consulte o site abaixo

<http://revistaescola.abril.com.br/planos-de-aula/>

mesmo método específico pode não ser eficiente para a aprendizagem dos outros. Nesse sentido, o professor precisa planejar variadas estratégias de ensino já que nem todos os alunos interiorizam o conhecimento através dos mesmos métodos.

Além disso, o professor deve refletir a todo momento sobre o processo de ensino e aprendizagem que está ocorrendo em sua sala a fim de avaliar a eficácia das estratégias, bem como propor possíveis adaptações ou modificações que sejam necessárias.

Ao aplicar-se o plano de aula elaborado com antecedência, interesses inesperados e imprevistos de diferentes ordens podem surgir devido ao caráter processual do desenvolvimento do aluno, isso torna o planejamento uma previsão sujeita a erros. Portanto, o planejamento é entendido como um processo e por isso deve ser flexível e passível de alteração sempre que necessário.

Ao avaliar uma aula, verificar os resultados que foram obtidos, o professor pode se fazer as seguintes perguntas:

- Os objetivos e conteúdos foram adequados à turma?
- O tempo de duração da aula foi adequado?
- Os métodos e técnicas de ensino foram variados e oportunos para suscitar a atividade mental e prática dos alunos?
- Foram feitas verificações de aprendizagem no decorrer das aulas?
- O relacionamento professor-aluno foi satisfatório?
- Houve uma organização segura das atividades, de modo a ter garantido um clima de trabalho favorável?
- Os alunos realmente consolidaram a aprendizagem da matéria num grau suficiente para introduzir uma nova?
- Foram propiciadas tarefas de estudo ativo e independente dos alunos?

A partir destas perguntas e outras que irão surgir, o professor pode avaliar se o seu planejamento pôde ser aplicado àquela turma, se foi uma aula satisfatória e pode prever possíveis medidas a serem tomadas na elaboração do próximo plano.

Para a elaboração dos planos de aula, o professor deve identificar com antecedência as dificuldades que o aluno apresenta no processo escolar e considerar quais são as áreas potenciais do aluno que servirão de apoio ao professor e ao próprio aluno.

Para atender aos alunos especiais, além das adaptações metodológicas em sala de aula referidas anteriormente, a escola deve reestruturar-se no que cerne à sua organização visando não só ao ingresso de alunos com necessidades educacionais especiais como também à sua permanência. Uma destas mudanças deve ocorrer em relação ao PP.

A elaboração do PP implica um estudo panorâmico que diagnostica a demanda, ou seja, dados, como quantos alunos são, quem

são, onde estão e porque alguns evadem, se têm dificuldades de aprendizagem ou de frequentar as aulas, além dos recursos humanos, financeiros e materiais disponíveis. Este mapeamento deve envolver todos os que compõem a comunidade escolar e ter por objetivo estabelecer prioridades de atuação, objetivos, metas e responsabilidades que vão definir e guiar o plano de ação da escola.

As propostas curriculares devem reconhecer e respeitar os alunos em suas peculiaridades étnicas, de gênero, cultura e devem partir de suas realidades, experiências, saberes e fazeres.

Embora pouco difundidos, o MEC/ SEESP recomenda a implantação dos ciclos de aprendizagem como uma solução a ser adotada quando se pretende acolher todos os alunos.

Os ciclos de aprendizagem correspondem a uma etapa escolar plurianual, ou seja, a ideia principal é substituir as etapas anuais de progressão por etapas de ao menos dois anos e assim fixar objetivos de aprendizagem para cada ciclo. O aluno vai cursando o ciclo e só é retido se, ao final do ciclo, não tiver cumprido todos os objetivos educacionais.

Se oferecermos mais tempo para que o aluno aprenda, eliminando a seriação e a reprovação, estaremos adequando o processo de aprendizagem ao tempo natural e espontâneo do desenvolvimento humano do aluno.

Nas escolas divididas por série, os alunos são divididos por nível de desempenho escolar e, quando não se inserem em nenhuma destas turmas, por terem um nível de desempenho abaixo da média, são encaminhados para classes ou escolas especiais. Nestas escolas, são acentuadas as desigualdades em uma falsa compreensão de inclusão, na qual os alunos com desempenho abaixo do esperado devem ser segregados e ter um atendimento especializado (tudo em nome desta “falsa inclusão”).

Outra ideia que deve ser entendida e aceita pelas escolas é que as turmas e os alunos nunca serão homogêneos mas sim inteiramente heterogêneos, o que dinamiza os grupos, dando-lhes vigor, funcionalidade e garantindo o sucesso escolar.

A aprendizagem como centro das atividades e o sucesso dos alunos como meta da escola são instâncias primordiais para se caminhar na direção de escolas inclusivas. Neste sentido, refere-se não à aceitação passiva das possibilidades dos alunos, mas à aceitação de diferentes níveis de desenvolvimento por parte destes.

Apesar da heterogeneidade da turma, a inclusão não significa um ensino individualizado para cada aluno com necessidades educativas especiais. Na visão inclusiva, estes alunos não são segregados da turma regular e encaminhados a salas de reforço com currículos adaptados e simplificados para atender às suas necessidades. Em vez disso, cabe ao aluno individualizar a sua aprendi-

zagem, o que ocorre quando o ambiente escolar e as atividades e intervenções do professor lhe dão espaço para pensar, decidir e realizar as tarefas segundo seus interesses e possibilidades. Assim, o professor passa a controlar de fora o processo de aprendizagem, o que implica escolhas e intervenções da sua parte.

As intervenções do professor devem orientar-se com o fim de desequilibrar, apresentar desafios e apoiar o aluno nas suas descobertas, sem privá-lo da sua própria condução do processo educacional. Este é um grande desafio para as escolas tradicionais cujo modelo é baseado na transmissão de conhecimentos do professor para o aluno.

O exercício de práticas inclusivas em sala de aula desenvolve a cooperação, o sentido de se trabalhar e produzir em grupo, o reconhecimento da diversidade dos talentos humanos e a valorização do trabalho de cada pessoa para a obtenção de metas comuns de um mesmo grupo, além de valores como respeito e solidariedade.

Outra opção a ser adotada por escolas que pretendem adotar o paradigma da inclusão é a de indicar alunos tutores, o que desperta neles mesmos a vontade de compartilhar o saber. O apoio ao colega com dificuldade é uma atitude muito útil e humana que é pouco desenvolvida e explorada pelas escolas.

A educação para todos implica, além de mudanças no PP, na postura do professor e no currículo que já foram citadas, mudanças relativas à administração e aos papéis desempenhados pelos membros da organização escolar. Para isto, é primordial que a gestão escolar seja revista observando:

- que os papéis desempenhados pelos organizadores percam o caráter controlador, burocrático e fiscalizador que apresentam, substituindo-os pelo trabalho de apoio e de orientação;
- que a gestão administrativa seja descentralizada promovendo uma maior autonomia pedagógica, administrativa e financeira, por meio de conselhos, colegiados e assembléias de pais e alunos.

2. PLANO INDIVIDUALIZADO DE ENSINO

Apesar das diferenças existentes em uma turma onde há alunos incluídos, há práticas de ensino que ajudam os professores a ensinar a turma toda, atingindo todos. Porém, esta escola deve sofrer uma ressignificação e uma reorganização completa dos processos de ensino e aprendizagem comumente usados já que não se pode encaixar um projeto de ensino novo em uma matriz tradicional de concepção de ensino.

Para acolher uma turma inclusiva, é necessário e muito importante enfrentar os desafios da inclusão, com suas possíveis consequências, como fracasso ou exclusão. Porém, as medidas normalmente indicadas para combater a exclusão não promovem mudanças e sim

visam a neutralizar a desigualdade criada pela heterogeneidade da turma ao em vez de potencializá-la e utilizar-se dela como meio e fim da aprendizagem. As desigualdades podem ser um meio muito rico para que os alunos se ajudem uns aos outros, dando-se suporte, teoria utilizada por Vygotsky, junto à concepção de ZDP (ZONA DE DESENVOLVIMENTO PROXIMAL). Assim, os alunos que já sabem um conteúdo (nível de desenvolvimento real) dão suporte aos que ainda não atingiram essa aprendizagem e por isso estão na zona de desenvolvimento proximal. Com esta teoria, pode-se concluir que as desigualdades podem e são um meio muito importante a ser explorado pelos professores para a aprendizagem de todos os alunos.

Como já foi colocado na primeira parte desta unidade (Planejamento e ajustes pedagógicos), para estabelecer um planejamento de aula os professores devem primeiro conhecer as especificidades dos seus alunos, as experiências de cada um e a sua história de vida. A partir das conclusões retiradas desta avaliação, o professor e toda a equipe diretiva da escola devem juntos propor adaptações necessárias a serem feitas no processo de ensino-aprendizagem, tanto nos conteúdos, objetivos e metodologias, elaborando assim um plano individual de ensino que considere:

- adaptações necessárias no planejamento pedagógico: habilidades, conteúdos, conceitos;
- tempo e ritmo que o aluno necessita para internalizar as aprendizagens previstas;
- gradação dos conteúdos propostos;
- apoio e recursos necessários e disponíveis na escola, na família e na comunidade;
- elaboração de metodologias, estratégias e técnicas específicas de ensino-aprendizagem e de avaliação.

Esse plano de ensino individualizado deverá ser elaborado periodicamente, seguindo a periodicidade proposta pela escola para a elaboração dos planejamentos. Ao final do período estabelecido pela escola para a avaliação (pode ser bimestre, trimestre), serão avaliados os alcances obtidos no período trabalhado, a necessidade de correção e ajustes no planejamento e o estabelecimento de novas metas para o próximo período de maneira a garantir que, ao final do ano letivo, o aluno tenha alcançado as aprendizagens previstas no planejamento.

A seguir serão destacadas atividades que podem ser realizadas com alunos surdos incluídos em classes regulares, de modo a estimular e facilitar a sua aprendizagem.

GLOSSÁRIO

Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP) é um conceito elaborado por Vygotsky, e define a distância entre o nível de desenvolvimento real, determinado pela capacidade de resolver um problema sem ajuda, e o nível de desenvolvimento potencial, determinado através de resolução de um problema sob a orientação de um adulto ou em colaboração com outro companheiro. Quer dizer, é a série de informações que a pessoa tem a potencialidade de aprender mas ainda não completou o processo, conhecimentos fora de seu alcance atual, mas potencialmente atingíveis.



Figura C1 – Exemplos de cultura visual: Campanha luminosa, telefone para surdos, televisão com tradução em LIBRAS.

Como se entende a surdez como uma experiência visual, é essencial que se estimule o processo de ensino-aprendizagem deste aluno através de pistas visuais, dentre as quais se destacam: filmes, vídeos (legendados ou em LIBRAS), gravuras, fotos, desenhos, mímica, dramatização, expressão corporal.

Como desenvolver um trabalho pedagógico com esse aluno surdo incluído? Devemos sustentar uma didática especial e terapêutica mantida através da medicalização da educação? Uma didática que tenta normalizar o surdo? Que tenta curá-lo através de atividades de correção, articulação e leitura orofacial?

Como deve interagir a criança surda, no contexto escolar dos ouvintes, para que desenvolva sua identidade, sua língua natural e uma vida comum entre seus pares? Como e com quem essas crianças participam e discutem para garantir uma aprendizagem significativa?

As discussões sobre as formas com que os surdos e a surdez têm sido representados pelas práticas e políticas educacionais se enquadram nos modelos de correção, recuperação e normalização da surdez, ou então naqueles modelos que entendem o grupo de surdos como “categoria cultural de autoidentificação”.

A língua e a linguagem são ferramentas fundamentais e necessárias à comunicação social dos seres humanos ouvintes e surdos. Então, como devemos, nós professoras e professores, ao receber um surdo em sala de aula do ensino regular, proceder para entender e nos fazer entender pelo aluno? Como poderíamos interagir, se não somos usuários da língua de sinais?

A partir desses questionamentos, é preciso problematizar as formas interativas e metodológicas que são utilizadas pelos professores da classe regular, sala de recursos ou salas multifuncionais e familiares do sujeito surdo.

No quadro abaixo, serão apresentados alguns elementos que se tornam importantes no processo de construção de um ensino voltado para a especificidade surda são:

- informação visual e/ou legendada no espaço escolar e instalação de sistemas luminosos na campainha;
- presença de intérpretes da língua de sinais em todos os eventos da escola e para outros momentos onde se faça necessário;
- trabalho com os surdos e suas famílias no sentido de incentivá-los a adquirirem a língua de sinais;
- implementação de um programa que vise a oferecer informações e assessoramento aos pais;
- oferecimento de programas para que professores, administradores e funcionários tenham acesso à aprendizagem da língua de sinais;
- uso da comunicação visual para o ensino dos surdos;
- criar histórias e livros em que o sujeito surdo apareça sem estereótipos;
- incentivar a poesia, a pintura, o teatro e a pesquisas na história, na comunidade surda e em outros;
- assegurar a participação ativa dos alunos nas atividades escolares não as simplificando considerando que estes não sejam capazes de resolvê-las;
- considerar que os olhos, as mãos e a expressão corporal são referenciais para os surdos.

Cabe observar que, apesar da existência dos planos de ensino individualizados, que auxiliam as crianças com necessidades educativas especiais a “acompanharem” o ritmo das outras crianças, a alteridade deficiente não deve ser, em nenhum momento nem circunstância, segregada do resto da turma, utilizando-se os planos individualizados como meio para que esta criança faça sua atividade simplificada e o resto da turma faça outra. Ao contrário disso, os planos de ensino individualizados servem como apoio para o professor e para o aluno deficiente para que, em uma turma inclusiva, todos os alunos tenham a chance de aprenderem o mesmo conteúdo, porém por caminhos diferentes.

3. PROCESSO DE AVALIAÇÃO

Se procurarmos no dicionário o significado do substantivo avaliação, encontraremos que significa: cálculo do valor e apreciação da competência de alguém, assim, pode-se já concluir que avaliação está intrinsecamente ligada a um juízo de valor, a uma medição, no caso da escola, medição da capacidade do aluno. Porém, este tipo de avaliação que tem por objetivo a medição da capacidade do aluno não é aquela que deve predominar na prática pedagógica, a seguir explicaremos o porquê.

Diretrizes Nacionais para a educação de alunos que apresentam necessidades educacionais especiais estabelecem que cabe à escola realizar, com assessoramento técnico, a avaliação do aluno no processo de ensino-aprendizagem contando para isso com:

- a experiência do seu corpo docente, diretores, coordenadores, orientadores e supervisores;
- o setor da escola responsável pela educação especial;
- a colaboração da família e dos serviços de saúde, Assistência Social, Trabalho, Justiça e Esporte, bem como do Ministério Público.

Além deste documento, o Plano Nacional de Educação e os Parâmetros Curriculares Nacionais também apresentam orientações quanto às adaptações avaliativas.

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais, a avaliação tem um papel decisivo quanto às práticas pedagógicas. Quando relacionado ao aluno especial, o processo avaliativo deve focalizar:

- os aspectos do desenvolvimento;
- o nível de competência curricular (capacidade do aluno em relação aos conteúdos);
- estilo de aprendizagem (interesse do aluno, estratégias de ensino, entre outros);

Quando direcionado ao processo educacional, o processo avaliativo deve focalizar:

- contexto da aula;
- contexto escolar.

Quando direcionado ao contexto familiar, o processo avaliativo deve considerar:

- atitudes e experiências com relação ao aluno;
- participação na escola;
- possibilidades e pautas educacionais;
- dinâmica familiar.

Quanto à promoção dos alunos especiais o processo avaliativo deve considerar todos os itens citados acima e, quando necessário, adotar certas adaptações. Segundo o mesmo documento, a promoção ou retenção destes alunos devem seguir algumas orientações como:

- a possibilidade do aluno ter acesso às situações escolares regulares e com menor necessidade de apoio especial;
- a permanência com os colegas e grupo que possam favorecer o seu desenvolvimento;
- a possibilidade do aluno atingir os objetivos propostos e os critérios de avaliação determinados pelo currículo;
- a consequência emocional que a retenção ou a promoção possa causar para o aluno e/ou sua família.

A avaliação como prática educativa que visa “medir” os conhecimentos do aluno tem-se constituído como uma atitude a ser tomada como aferição, como julgamento do aluno, atribuindo-lhes valores que supostamente medem o seu conhecimento ou não, fazendo com que reprove ou seja promovido.



Figura C2 – A avaliação é uma parte integrante do processo escolar.

Tais práticas têm sido muito criticadas pois entende-se a avaliação como parte integrante do PP da escola, como um dos seus elementos constitutivos e não como procedimento técnico que visa somente a medir o desempenho dos alunos. Porém, isso não significa que as práticas avaliativas devam ser abolidas das práticas escolares e os julgamentos, apreciações e análises do desempenho do aluno devam ser desconsiderados.

A avaliação não deve ter como finalidade apenas medir a aprendizagem dos alunos, ela deve sim ter por objetivo conhecer esta aprendizagem para poder saber o que fazer e como fazer para

auxiliar o aluno. Ou seja, a avaliação deve ser um meio para que o professor saiba as habilidades que os alunos desenvolveram, os conhecimentos que puderam construir e as necessidades que apresentam para aprender.

A avaliação é necessária em todo o processo educativo embora deva sofrer uma mudança de enfoque, que não o da medição, é necessário ampliar a sua abrangência. Assim como foi mostrado no capítulo 1 das adaptações curriculares que precisam ser feitas em uma escola inclusiva, a avaliação também deve ser reestruturada para ser coerente com as demais inovações propostas. O processo de avaliação coerente com esta escola deve acompanhar o percurso de cada aluno e a evolução de suas competências e conhecimentos.

Na avaliação de uma escola inclusiva, devem-se apreciar os progressos do aluno na organização dos estudos, no tratamento das informações e na participação da vida social. O objetivo desta modalidade avaliativa é levantar dados para uma melhor compreensão do processo de aprendizagem do aluno e para o aperfeiçoamento da prática pedagógica. Para alcançar estes objetivos, a avaliação terá de ser dinâmica, contínua, mapeando o processo de aprendizagem dos alunos em seus avanços, retrocessos, dificuldades e progressos.

Para tornar-se uma avaliação dinâmica, alguns instrumentos mostram-se úteis nesta perspectiva, como: registros e anotações diárias do professor, portfólios e demais arquivos de atividades dos alunos e diários de classe onde vão sendo anotadas impressões sobre o cotidiano escolar. As provas avaliativas também podem ser utilizadas, desde que assumam um caráter investigador das capacidades do aluno.

Outra atitude importante a ser tomada é a avaliação que os próprios alunos podem fazer deles mesmos, para isso o professor deve criar instrumentos que auxiliem os alunos a adquirirem o hábito de refletir sobre suas práticas. Esta autoavaliação deve levar ao aluno a perceber aquilo que consegue aprender, as suas dificuldades e o que é preciso fazer para superá-las.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ZONA DE DESENVOLVIMENTO PROXIMAL. In: **Wikipédia**. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Zona_de_desenvolvimento_proximal>. Acesso em: 17 junho 2009.

AVALIAÇÃO. In: **The Free Dictionary**. Disponível em: <<http://pt.thefreedictionary.com/avalia%C3%A7%C3%A3o>>. Acesso em: 17 junho 2009.

FÁVERO, Eugênia Augusta Gonzaga; PANTOJA, Luísa de Marillac P.; MONTOAN, Maria Teresa Eglér. **Atendimento educacional especializado**: Aspectos legais e orientações pedagógicas. São Paulo: MEC/SEESP, 2007, p. 60

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1992. Coleção Magistério – 2º grau. Série formação do professor.

TERRAZAN, E.; *et all.* **Didática**. Santa Maria, 2005. Cadernos EaD.

MUNHOZ, Maria Alcione; *et all.* **Estágio supervisionado/déficit cognitivo**. Santa Maria, 2006. Cadernos de EaD.

TONINI, Andréa; *et all.* **Estágio supervisionado/dificuldades de aprendizagem**. Santa Maria, 2006. Cadernos de EaD.

RAMPELOTTO, Elisane Maria; *et all.* **Estágio supervisionado/surdez**. Santa Maria, 2006. Cadernos de EaD.

MUNHOZ, Maria Alcione; *et all.* **Avaliação em Educação Especial**. Santa Maria, 2005. Cadernos de EaD.

ZANINI, Fernanda. **Educação inclusiva e o papel do professor especialista**. Bauru, 2007.